



## **Desenvolvimento no Rio Grande do Sul: conservadorismo e identidade nas bases da cultura gaúcha.**

Marcelo Wasserman – PPGRD/UNISC

### **RESUMO**

O presente artigo tem como tema o desenvolvimento no Rio Grande do Sul considerando aspectos ligados ao conservadorismo arraigado nas bases da cultura gaúcha. Nesse sentido o tema é abordado sob diversos ângulos, considerados os aspectos historiográficos e sociais pertinentes a construção da identidade no território gaúcho e que invariavelmente afetaram e ainda afetam o desenvolvimento do estado. Sob o ponto de vista antropológico, as noções de pertencimento e a construção cultural gaúcha, apontam para elementos mais universais, como na maneira em que são estabelecidas as dinâmicas sociais e também, para elementos mais endógenos da região, ocorridos da fusão étnica e influências políticas específicas daquela parte do país. E por fim, são levantados elementos específicos apontando as relações entre o conservadorismo e a construção identitária e correlações com os processos de desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento; conservadorismo; identidade; cultura; Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento, independente do local do mundo onde ele se preconize, está à mercê de tendências ideológicas ou empíricas de sua sociedade ou da vontade de seus governantes. Nesse sentido o Brasil não é distinto. Machado da Silva (2017) relata através de um olhar crítico, baseado em fatos jornalísticos de época, e que configuram portanto, um registro historiográfico importante sobre como se consolidaram as raízes conservadoras do país, do período imperial até culminar na sociedade atual e no que entendemos como uma cultura hegemônica conservadora. Mas antes de evoluirmos no campo histórico, há uma necessária distinção entre o que é conservadorismo e o que é uma postura conservadora,



visto a constante conexão forçada entre os termos conservador e conservadorismo ao espectro político de direita<sup>1</sup>.

Para demonstrar isso, basta observar a postura defensiva dos partidos políticos de esquerda no Brasil e seu posicionamento na defesa de instituições seculares. No campo político, a postura conservadora procura preservar as instituições políticas e sociais que se desenvolveram ao longo do tempo e são fruto dos usos, dos costumes e das tradições. O que de fato não se consagra como positivo ou negativo em termos ideológicos. O conservadorismo portanto, vai além das matizes políticas da esquerda e direita. Segundo Mattos (2016), o conservadorismo defende que as mudanças e o progresso são necessários para manter uma sociedade mais saudável, mas essas mudanças devem ser cautelosas e graduais. Mas é sensato também diferenciar o que seriam ações e posicionamentos coletivos para manutenção de instrumentos, práticas e instituição no sentido de comparar o “tradicional” versus o “novo” como o conservadorismo posicionado politicamente.

O conservadorismo como posicionamento político, prega a manutenção de instituições sociais tradicionais, à exemplo: a família, as tradições locais, a religião em essência, convencionalismos, práticas e costumes cristalizados. Se fixa como uma resistência à mudanças mais bruscas e se opõe à movimentos revolucionários, ou que ameacem este *status quo*. Também é importante salientar que o conservadorismo não possui uma base de ideias políticas específicas, visto que os valores conservadores são diversos em conformidade com o local e o tempo histórico ao qual pertence. É o que pode ocorrer em diferentes movimentos conservadores de países distintos. Por exemplo: conservadores europeus, brasileiros e norte-americanos podem ter ideias e valores bem distintas entre si, mas ainda assim preservarão aquilo que é tradicional em suas sociedades.

Partindo para um recorte geográfico mais específico destacamos o estado do Rio Grande do Sul, que em uma breve explanação, dentre os estados brasileiros, apresenta características de ocupação bem peculiares. O contexto histórico e o tipo de ocupação ocorrida nesta unidade federativa, permitiram uma diferenciação muito visível no tipo, no uso e na forma como o desenvolvimento territorial se construiu.

Para entender melhor esse fenômeno, temos que evocar historicamente os primeiros tempos do Brasil. Hollanda (2015) comenta que, ainda como colônia portuguesa, as fronteiras brasileiras não se aprofundavam muito no território sul americano, e a ocupação, prioritariamente extrativista, se concentrava nos litorais do que hoje é sudeste e nordeste do



país. À partir das capitânicas hereditárias, o que conhecemos hoje como Brasil, já começava a se desenhar, porém limitado à linha do Tratado de Tordesilhas.

O ponto mais austral do país acabava no povoado de Santo Antônio dos Anjos da Laguna - atual cidade de Laguna em Santa Catarina<sup>2</sup>. Esse “Portugal Continental” desconsiderava, ou não via atrativos nas terras que ficassem além desse traçado. Todavia, em mapas lusitanos do Séc.XVI já contava, à despeito dos espanhóis, a denominação de Capitania D’El-Rei<sup>3</sup>, o que reforçaria as pretensões portuguesas sobre o território, e do avanço Prata à dentro, com a Colônia de Sacramento.

Todo esse preâmbulo, enfatizando a historicidade remota desse território é necessário para reforçar que nesses primórdios, a área do atual Rio Grande do Sul, além de ser domínio de povos indígenas, não apresentava por parte dos colonizadores grandes transformações em termos de desenvolvimento, com raras exceções de estâncias de criação de gado, que muitas vezes eram atacadas por tropas espanholas que reivindicavam a posse do território.

Esse cenário só se transforma de modo irreversível à partir do ano de 1732, com as primeiras sesmarias e com a chegada das primeiras famílias açorianas em 1748, o que em termos de ocupação européia se fez marcante, exceto pelas reduções dos Jesuítas espanholas instaladas no noroeste do estado, que já apresentavam significativas transformações naqueles povoamentos indígenas.

Desse período até meados do Séc. XVIII, pouco mudou em termos de ocupação territorial no estado. A maior parte das cidades se estabelece em rotas comerciais e no litoral, em função do transporte e da comunicação com outras regiões. O envolvimento dos povos do sul do país em disputas territoriais e comerciais, destacam esse território pelo conflito e produção predominantemente estancieira.

Cidades maiores começam a se desenvolver, por se tornarem grandes entrepostos e ou, por assumirem destaque político relevante. É o caso de Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande e Rio Pardo. Com a Independência do Brasil em 1822, outros municípios começam a aparecer como Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria. Dois anos depois inicia um ciclo migratório importante: famílias alemãs por incentivo do Império, na intenção de um branqueamento étnico e, de defesa do território. Estabelecidos inicialmente



no vale do Rio dos Sinos, fazem aflorar uma classe média, bem diferente dos padrão conhecido dos latifundiários.

Nas décadas seguintes outras ondas migratórias se sucederam, trazendo povos italianos, polacos, austríacos, judeus e japoneses. Lembrando, o alto custo humano desses assentamentos, primeiro pela desapropriação das terras indígenas, como o genocídio Caingang<sup>4</sup> feito pelos “bugreiros” na região nordeste do estado e também pela inaptidão dos colonos na lida rural, como no caso dos judeus enviados ao centro do estado. De todo modo, o grande empreendedorismo e o potencial produtivo dessa força de trabalho, trouxeram uma onda de prosperidade e de industrialização ao estado.

Esse desenvolvimento, porém, se concentrou em áreas mais ao norte do estado, local onde esse aporte populacional pode prosperar. As áreas mais ao sul, pela geografia mais favorável (bioma do Pampa), manteve a exploração agropecuária extensiva. Consolidando a riqueza à uma classe mais abastada. Essa aristocracia rural gaúcha, com poder capital e político, pouco fez para a diversidade econômica e para o desenvolvimento do território nesse período construindo um quadro de desigualdade importante e que dura até hoje.

O lento desenvolvimento ocorrido do Rio Grande do Sul, a ocupação não ordenada e as políticas implantadas, primeiro por Portugal e depois pelo Império Brasileiro e pela República criaram um quadro muito específico na maneira como a expansão territorial e o desenvolvimento do estado ocorreram, como postula Bernardes (1997), acentuados pelas qualidades do relevo, clima e vegetação que constituem as bases geográficas do povoamento do território gaúcho.

### **A noção de pertencimento regional no Rio Grande do Sul como matriz conservadora - antropologia e cultura.**

Partindo da perspectiva existencialista e focando em um entendimento mais simbólico de mundo, podemos encontrar compreensão na percepção de identidade e pertencimento na qual a sociedade se baseia para criar as dimensões daquilo que entende como próprio de si, dos seus, do que lhe é afeto, do lugar e das coisas as quais se integra. Esse conceito nos remete a um pensamento que é central para a formação da sociedade que mesmo hoje, sendo moderna e tecnológica, mantém um atavismo formado nos primórdios da sua evolução.



Buscando uma explicação, nesse caso antropológica, que dê conta desse sentido, ainda em nossa pré-história, com base na interpretação de reminiscências arqueológicas, o homem, de modo geral, prosperou e sobreviveu ao tempo, principalmente por sua grande capacidade de se associar aos de sua espécie e assim sobrepujar o ambiente e as ameaças externas. Outra característica importante é, que sendo um elo evolutivo dos primatas, o homem herdou não só a capacidade intelectual avantajada que lhe fez vitorioso frente à outras espécies, mas também sua característica violenta e territorialista.

É necessário pensar nessa herança, não como uma falha evolutiva, mas como um elemento importante na compreensão de fenômenos atuais e de que modo o ser humano compreende e interpreta o seu espaço e também como interage em escalas diferentes de relacionamento: do individual, da família, do cotidiano nos vilarejos, das rotinas da cidade, do país e do mundo. Parece-nos tão necessário buscar um entendimento de nosso papel nesses cenários, algumas vezes frugais e simples, e outras, múltiplas e complexas e em suas mais amplas dimensões.

Precisamos ainda entender que, com a evolução humana, surge também uma organização política, em que diferentes atribuições são aferidas aos membros da sociedade. Com isso, além de aspectos antropológicos, acrescenta-se novas camadas de interação, valores e simbolismo. Max Weber (1999), parte do sentido de pertencimento e nos fala a questão da diversidade cultural e do confronto do que chama de "solidariedade étnica" com os elementos estrangeiros (externos), criando um estado dialético, ou mesmo de desprezo pelo diferente, e que desse o embate entre o "nós" e os "outros", ocorre o sentido de unidade coletiva, de grupo.

A ideia portanto, à partir desse pressuposto, é dizer que há, na mesma medida em que surge o entendimento do que é percebido como regional, também surge a medida do que é mais amplo, de unidades maiores e menores, do local ao global. A distinção entre esses *locus*, ora espaciais, ora políticos refletem primordialmente a questão da identidade e do sentimento de pertencimento simbólico.

Para Albagli, é o "sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico" (2004 Apud FLORES, pg. 05, 2006) o que caracterizaria a noção de territorialidade, o *topus* em que as relações sociais e a localidade estão conectadas, reforçando a noção de identidade, conseqüentemente, um sentimento de pertencimento. Flores (2006) complementa e destaca que, o fortalecimento dessa compreensão é que, a territorialidade é "condicionada por normas sociais e valores culturais" e deste modo, se alternam de uma sociedade para outra ao longo dos tempos.



Para dar uma ideia mais clara do que queremos demonstrar, vamos usar como exemplo a questão da identidade gaúcha com relação ao Brasil e ao mundo. Considerando de modo complementar as questões puramente geográficas, e aqui com destaque a obra Bernardes (1997) na qual apresenta um trabalho bastante completo sobre as maneiras como o povoamento do estado do Rio Grande do Sul ocorre e como essa forma de apropriação ou ocupação do território condiciona em grande parte, devido aos aspectos geográficos - clima, relevo e vegetação, por exemplo, mais tarde, o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da população que ali se fixaria.

Portanto especificando um recorte mais sócio-antropológico, o ser gaúcho - neste caso mitológico, nutre um orgulho pátrio muito exacerbado quando o assunto é o território gaúcho. Vamos entender esse território não somente no sentido espacial, pois no campo simbólico neste caso, extravasa as fronteiras político-geográficas do sul do país. Gonçalves (2002) demonstra as imposições da visão ocidental sobre as culturas regionais. O pensamento moderno europeu e sua hegemonia impõem uma condicionante importante àquelas culturas regionais, em que o local perdeu espaço e sofreu influências importantes, alterando de forma indelével sua originalidade. No caso do Rio Grande do Sul, como veremos, isso ocorreu desde sua origem.

No Século XV, com o descobrimento e a ocupação, primeiramente extrativista do então território ameríndio brasileiro, as terras conhecidas atualmente como Rio Grande do Sul não se configuravam historicamente como um território reivindicado por alguém, considerando a visão eurocêntrica vigente na época. As primeiras ocupações - fora as nativas, irão ocorrer somente no Século XVII, em meio a um conflito territorial entre Portugal e Espanha, decorrentes da imprecisão do tratado de Tordesilhas e posteriormente em virtude dos Tratados de Madri e de Ildefonso, o que marcou fortemente a disputa na região do Pampa. Processos migratórios e assentamentos ao longo do Prata, dão início à definição do que mais tarde, com a independência do Brasil passaria a ser o Império Brasileiro.

Podemos extrair dessa construção territorial, forjada à “ferro e fogo” o surgimento de uma sociedade muito tradicional e arraigada à costumes herdados da guerra e do conflito. Que vêm em seus espaços não só um lugar de troca, mas também de constante vigilância e receio com o que é “de fora”. Então essa identidade de grupo, passa a ser marcada por diversos elementos simbólicos, muitos deles difusos e mal compreendidos como os resultantes mais recentemente da Revolução Farroupilha e também de um redescobrimto tradicionalista, que nos anos 1960, consolida-se em uma identidade gaúcha à partir da mistura entre folclore, mitos regionais e exogênias europeias.



já no campo semiótico ou seja, da interpretação simbólico-linguística, o regional gaúcho se faz em diversos níveis. Ao apropriar os resultados positivos de sua cultura, economia e política, e também ao traçar preconceitos ao se comparar com outros povos e culturas. A grande migração europeia, principalmente de povos italianos, alemães e hispânicos, fez crescer uma ideia de prevalência europeia frente à miscigenação mais profunda ocorrida em outras terras ao norte do estado.

Esse sentimento de diferenciação aos povos mestiços - com origem nos negros escravizados oriundos do continente africano e dos indígenas assimilados pela cultura branca - propiciou entre o povo gaúcho uma matriz cultural racista e preconceituosa que seleciona vantagens de suas origens europeias frente à um sentimento nacional mais amplo e acolhedor, encontrado por exemplo, nos povos nordestinos. Deste modo, o entendimento do que pertence à região, principalmente no âmbito cultural, podemos perceber que o gaúcho se vê muito mais próximo do que é europeu do que é de fato brasileiro, já que tradições européias e folclóricas vindas com os imigrantes permaneceram vivas e presentes nos costumes, na arquitetura, na forma de empreender, de falar e também, na forma de se relacionarem.

Em simultaneidade ao fortalecimento interno desse grupo, o que o faz virtuoso em termos de crescimento e desenvolvimento, coloca-o em contraponto àquilo que não pertence à esse estrato. Há muita refração e desconfiança com o que vem de fora, com o que é diferente. Muito similar ao que ocorre em alguns estados Norte-Americanos e em algumas regiões da França, bem como em países do Leste Europeu. Vale destacar, que apesar desse visível antropocentrismo, muito característico do gaúcho, há poucos casos abertos de conflitos raciais e xenofobia ao compararmos com estas àquelas regiões do mundo citadas anteriormente. Isso se deve, provavelmente, ao sentimento de pertença existente também nas minorias raciais, que se sentem parte do chamado povo gaúcho, perpetuando essas tradições e visões de mundo, mesmo sem estarem etnicamente inseridas nesse processo.

Há também a possibilidade, num sentido mais particular, de podermos subdividir a questão da regionalidade gaúcha à outros subtipos. É o que acontece quando colocamos uma lupa sobre as regiões que compõe o estado. Se focarmos a região serrana, ao nordeste, veremos uma predominância maior da cultura italiana, herdada dos colonos que para lá foram. Arquitetura, alimentação, formas de subsistência, matriz produtiva e hábitos cotidianos criaram um grupo muito singular, que se diferem também entre si, por rivalidades entre as cidades que compõem essa região.



Vemos esse mesmo tipo de identidade regionalizada sendo constituída também nas cidades de colonização alemã, como as do Vale dos Sinos e da Região dos Vales do Taquari e Rio Pardo. Curioso também é o que ocorre nas missões, fronteiras oeste e sul, com influências hispânicas e indígenas muito fortes. Sob o aspecto dessa “sub-regionalização” até a capital Porto Alegre e sua região metropolitana assumem características idiossincráticas bem peculiares se comparada as demais regiões do estado.

Porto Alegre, inicialmente fundada à partir de um assentamento açoriano e que mais tarde passou a ser a capital do estado, incorporou à sua matriz cultural muita coisa advinda da atual cultura gaúcha, mas também uma forte influência de povos diversos, como poloneses, judeus e sírio-libaneses, que permitiram uma vocação muito forte ao comércio em termos econômicos e também moldando uma forma de interagir e se comunicar muito particular, quase constituindo na fala, uma linguagem, um dialeto específico, diferente das demais regiões gaúchas e do restante do país.

Podemos à partir desse ponto, ver que o exemplo do gaúcho é muito esclarecedor ao associarmos aos conceitos de identidade e regionalidade e também de globalização. Flores (2006) acredita que essas características podem ser benéficas quando usadas para potencializar o desenvolvimento territorial. Tomar proveito de elementos positivos que ajudam a fortalecer os elos culturais e promover o desenvolvimento.

Cardoso, Diogo et al. (2017) debatem sobre o lugar, “onde a vida acontece”, e que é o primeiro local onde o sentimento de pertencimento ocorre, fruto da experiência e das relações afetivas ali relacionadas. É esse ponto inicial, que definirá todas as dimensões subsequentes. Quanto mais complementares e próximas dele, mais compartilhamento simbólico existirá e portanto, maior será a sensação de pertencimento. À medida em que o pertencimento vai enfraquecendo, menos confortável e reconhecível será o território.

Então a constatação do que é consagrado como regional, se dá por esta base, pela aglutinação de características compartilhadas, quanto maior for esse compartilhamento na dimensão territorial, mais forte será a construção da identidade regional. A ideia de potência que aparece dessas características regionais e que são entendidas como virtudes - como no caso do povo gaúcho antes exemplificado, permitirão uma margem segura para confrontar simbolicamente com outros interlocutores.

Podemos entender isso também como uma explicação para o sucesso ou fracasso de uma região em detrimento de outras. Uma sociedade totalmente hermética e conservadora, pouco contribuirá para uma expansão mais ampla, mais global. Se ela for diferenciada em termos tecnológicos e fechada culturalmente, provavelmente tenderá, segundo Bourdieu (1989) à violência e terá um processo de crescimento endógeno e





limitado. Quanto mais aberta for, mais permeável à inovação e trocas com outras culturas, e sem a necessidade de uma assimilação cultural, maiores serão as chances de resultados de trocas positivas.

É possível então, vermos que a questão da noção de pertencimento é uma via de mão dupla, que pode permitir um desenvolvimento regional e contribuir para escalas maiores, mas também pode recrudescer relações e fechar culturalmente uma região no sentido de trocas e atualizações. Desse ponto é necessário portanto, entender também o processo contrário, em que forças externas tentam suprimir as identidades regionais e assim ocuparem espaços que não são os seus, como acontece em alguns processos de globalização.

Santos (2001) destaca a necessidade de um recorte espacial para a compreensão do mundo atual que se desmantela no processo de globalização. A expansão do capitalismo não tem o poder de eliminar as diferenças regionais. Porém, a velocidade das informações e dos fluxos causa uma disruptura no tecido regional. O geógrafo comenta também que, o ritmo acelerado do tempo histórico remodela o recorte espacial, redefinindo o mundo, a região e o local. Sob a ótica do capital a região sempre será atraente, pois é o local funcional, onde as coisas acontecem.

Não dispersando muito do centro de interesse de nosso ensaio, podemos dar um exemplo prático dessa constatação é o que fazem as grandes corporações internacionais com relação a inserção de suas marcas em cenários regionais. Do ponto de vista mercadológico sempre haverá uma ou duas marcas locais que irão, pela fidelidade e pela afetividade do consumidor local dificultar a inserção de uma marca global. Nesse sentido, em vez de gastarem recursos competindo com essas marcas, eles as adquirem, incorporam em um primeiro momento aos seus cardápios de produtos e depois realinham suas marcas retirando àquelas que não tem poder de expansão global.

Em uma dimensão diferente, podemos observar nos cenários de disputas comerciais entre as nações a aplicação de atrativos, incentivos e leis de proteção ou impostos para regular o grau de interferência e influência nos mercados internos. Essa dialética também ocorre entre estados e municípios criando uma competição de incentivos para atrair novos investimentos ou então para proteger os interesses internos de outros atores.

Há portanto, a necessidade de compreender de que modo o saber local irá influenciar novas visões e impor critérios para que novidades se instalem no território. Desse modo ocorre uma predominante influência do conflito dialético que, neste caso ocorre pelo novo versus tradicional, global versus local, e que muitas vezes resulta em um



hibridismo, ressignificando os usos e os espaços. Pontuados predominantemente pelo regramento e pela governança.

Mas nesse aspecto tão relacionado à diretrizes governamentais e políticas, como a questão de identidade e pertencimento pode influenciar o debate? A resposta parece estar justamente na “membrana” social e no modo como ela entende o que lhe é proposto. Se voltarmos um pouco ao Rio Grande do Sul e aos gaúchos, poderemos ver um caso interessante e que demonstra essa refração promovida pela dimensão cultural. Nos anos 2004 a rede de lojas Casas Bahia, tinha a intenção de ter um milhão de clientes no estado. A empresa chegou a ter vinte e oito lojas espalhadas no território gaúcho. Cinco anos depois, a empresa fechou suas últimas lojas. Uma das explicações dadas à época pelo diretor e sócio da empresa Michel Klein, foi a constatação por pesquisas de uma forte concorrência com a rede local Colombo e outros varejistas e um baixo desempenho devido ao comportamento “bairrista” do povo gaúcho.

No campo governamental e portanto no que tange a políticas públicas à questão das regionalidades no país, mesmo com a criação de projetos bem estruturados, não permitiu grandes avanços para um desenvolvimento mais sustentável, nem para a diminuição das diferenças entre as regiões. É o que se constata ao compararmos as metades sul e norte do estado. O legado estancieiro da metade sul, não permitiu que o território fosse ocupado de maneira mais igualitária. A predominância de latifúndios restritos à famílias herdeiras de um modelo oligárquico da região, fez com que houvesse pouca distribuição de riqueza e um baixo desenvolvimento das cidades que compõe aquela parte do estado.

Sem uma política de reforma agrária ou incentivos em outra áreas, que permitissem uma diversificação maior e o surgimento de uma classe média, produtora não só de produtos agropecuários, mas também responsável pelo surgimento de outras categorias de riqueza como indústria e comércio e bens culturais, a região sul permaneceu estagnada ao compararmos com a parte superior do estado.

O norte do estado, apesar de ter um relevo bem diferente e não muito próprio para grandes extensões rurais, apresenta resultados que refletem a ocupação e uma maior pluralidade nos meios produtivos. A divisão dessa metade em sub-regiões demonstra que houve, com o passar do tempo, uma especialização, decorrente dos vínculos culturais e das capacidades dos povos que lá se fixaram. Municípios mais agrícolas com pequenos e médios produtores e com cooperativismo forte, outros com grande oferta de serviços ou indústrias, mas com uma característica comum: uma grande noção de pertencimento, de identidade territorial.



Então, podemos perceber que existe uma vantagem importante da noção de identidade no surgimento e na sustentabilidade de uma região e que, apesar dessa grande diversidade e de uma maior densidade demográfica, permitiram que a metade norte do estado ficasse mais rica, crescesse economicamente, gerasse emprego, educação e cultura.

Assim parece crucial para entendermos o modo como determinados aspectos regionais podem fortalecer populações específicas, proteger e permitir uma melhor distribuição de riqueza e também transitar com questões mais amplas, como a influência cultural e econômica globalizadas. A dimensão simbólica e conseqüentemente histórica, enfatizada por Bourdieu (2011) importa e não deve ser desprezada quando se busca a compreensão de fenômenos que são decorrentes da ação humana.

### **Identidade e conservadorismo**

Mendes (2016) em entrevista à Revista IHU<sup>5</sup> demonstra que: ao observar o modo no qual as identidades gaúchas se manifestam na atualidade, alguns traços culturais se processam socialmente. Como ele mesmo coloca sobre o comportamento belicoso do gaúcho: “A argumentação do gaúcho está quase sempre contaminada pela ideia do confronto, da guerra. O gaúcho disputa espaço no trânsito como se estivesse numa batalha a cavalo. A internet potencializa esses defeitos”. (MENDES, 2016). Essa visão quase caricata está presente no imaginário coletivo do Rio-Grandense que aceita e valoriza inclusive aspectos que poderiam ser negativos em relação a sua identidade.

Uma explicação está no campo da Comunicação Social. Em que se construiu no estado um nicho jornalístico que além de reforçar os estereótipos culturais, serviu como alicerce ao conservadorismo regional. Um exemplo disso é a participação da imprensa gaúcha na defesa de grupos políticos nas principais disputas e revoltas ocorridas no estado, a qual se mostrou parcial, intencional e ideológica, abstraindo qualquer pluralidade, mesmo na história recente. Embora isso não seja uma qualidade exclusiva da imprensa gaúcha, ela reflete a visão empresarial, também conservadora, existente nos veículos de imprensa. Comprovada, por exemplo, durante os anos de chumbo no Brasil.

Um ponto importante é observar como foi constituída a imagem do gaúcho mítico. Oliven (1985) situa a origem do culto às tradições gaúchas e destaca o século IXX, mais precisamente o ano de 1868, na fundação do Partenon Literário, constituído por um grupo



de intelectuais e escritores, tentou fundir a exaltação da temática regional com o a visão positivista oligárquica do estado e o modelo europeu daquele período. O autor também marca o ano de 1898, quando é fundada a primeira agremiação tradicionalista: O Grêmio Gaúcho de Porto Alegre. A partir desses dois momentos é possível ver que a narrativa acerca da figura do gaúcho, antes proscrita e marginalizada, foi sendo substituída aos poucos pela imagem do trabalhador do campo: o peão da estância<sup>6</sup>.

É necessário lembrar que ao observarmos o Tradicionalismo Gaúcho há outras datas importantes, uma referente a criação em 1948 por estudantes secundaristas, do Colégio Júlio de Castilhos em Porto Alegre. Tendo em suas maioria origens do interior do Estado, mais especificamente da zona da Campanha, formam o primeiro Centro de Tradições Gaúchas: o 35 CTG. E o ano de 1954, em que os vários centros de tradições que surgiram a partir de 1948 se reúnem em um congresso, ocorrido em Santa Maria, para deliberar a tese-matriz do Movimento Tradicionalista Gaúcho: um simulacro idílico e conservador sobre os costumes e cultura gaúcha.

Observando o que pode ser considerado um fenômeno, que se expande para outras dimensões além das culturais, podemos atrelar a noção de identidade, mesmo que construída artificialmente, há um contexto conservador enraizado no país, oriundo de tempos coloniais e que se consagra no Rio Grande do Sul por privilegiar traços e costumes elitizados e altamente hierarquizados, como ocorre no seio dos CTGs, reproduzindo a estrutura patriarcal da estância - patrão, capataz, peão e por fim a prenda. Negando outros protagonismos e participações decisivas de outros povos para a construção e desenvolvimento do estado.

É necessário destacar que, esse tipo de construção identitária, não é uma característica exclusiva do povo gaúcho. Outras regiões também apresentam características similares em termos de idealização da sua auto-imagem. O destaque porém, no caso rio-grandense se dá pela maneira como se cristalizaram as matrizes conservadoras em torno desse imaginário e de como isso, de forma positiva ou negativa, vezes virtuosa, vezes arcaica, interfere no desenvolvimento do estado.





## REFERÊNCIAS

ALMEIDA et al. Remoções E Lutas Dos Kaingang No Norte Do Rio Grande Do Sul: A Emancipação Política Indígena Compreendida A Partir Da Teoria Do Reconhecimento. Dossiê - Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil republicano. *MEDIAÇÕES*, LONDRINA, V. 22 N. 2, P. 72-98, JUL./DEZ. 2017.

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BORGES, Claudia C. L. Uma narrativa pré-histórica. O cotidiano de grupos humanos no sertão do Seridó/RN. Tese depositada na Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP. em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103182/borges\\_ccl\\_dr\\_assis.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103182/borges_ccl_dr_assis.pdf?sequence=1)> acesso em: 25/06/2020.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BUENO, Sérgio. Revista Valor Econômico, em: <<https://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2009/12/29/casas-bahia-desiste-do-rio-grande-do-sul.jhtm>> acesso em 01/07/2020.

CARDOSO, DIOGO *et al.* Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n.o 11 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 83-98, dx.doi.org/10.17127/got/2017.11.004, 2017.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. *RIMISP*, 2006. Disponível em: <[https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos4069\\_FLORES\\_M\\_Identidade\\_Territorial\\_como\\_Base\\_as\\_Estrategias\\_Developmento.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developmento.pdf)> acesso em 02/07/2020.

FLORES, Moacyr. Modelo Político dos Farrapos. As ideias políticas da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

HOLLANDA, Sérgio B. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

GONÇALVES, Carlos W. P.. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. Capítulo de livro: *La guerra infinita: Hegemonia y terror mundial*. CLACSO, 2002. <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>> Acesso em: 26/06/2020.

LEFEBVRE, Georges. 1789: O surgimento da Revolução Francesa. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2018.

MATTOS, Alessandro N. O livro urgente da política brasileira: um guia para entender a política e o Estado no Brasil. 4ª Edição (2020). Disponível em: <<https://www.politize.com.br/wp-content/uploads/2020/01/O-Livro-Urgente-da-Pol%C3%ADtica.pdf>> Acesso em 10/02/2021.

MACHADO DA SILVA, Juremir. Raízes do Conservadorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.



MENDES, Moisés. Entrevista publicada na Revista do Instituto Humanitas Unisinos, 2016. Acesso em 15/01/2021. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6620-mois-es-mendes>>

MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho. História do MTG <[https://www.mtgrs.ubtg.com.br/documentos/17/20190831011540\\_6972.pdf](https://www.mtgrs.ubtg.com.br/documentos/17/20190831011540_6972.pdf)> Acesso em: 01/07/2020.

OLIVEN, Ruben. A fabricação do gaúcho. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortez, 1985.

\_\_\_\_\_. Em Busca do Tempo Perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 6(15), p. 40-52. (1991).

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VELLINHO, Moisés. Capitania d'El-Rei. Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, CORAG. Coleção Meridionais, 2005.

WEBER, Max. Comunidade e Sociedade como estruturas de socialização. IN: FERNANDES, Florestan. Comunidade e Sociedade, Ed. Nacional e Ed. Da USP, SP, 1973.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UnB, 1999.